

que espera uma solução democrática e constitucional para esta crise, não venha a frustrar-se. Se a esperança desta juventude, que brotou das ruas, for sacrificada por algum jeitinho para manter este Governo, estaremos sacrificando uma geração, estaremos sacrificando uma possibilidade histórica neste País.

Sr. Presidente, é da maior importância que a Casa decida de maneira democrática e soberana sobre essa questão. Não adianta o Presidente da República, usando o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o Orçamento, querer escudar-se no voto secreto para garantir o seu mandato. A pior coisa que pode acontecer ao País é a maioria desta Casa votar favoravelmente ao **impeachment** e uma minoria, escudada no voto secreto, manter o mandato do Presidente da República. A resultante será o desgoverno, será o caos, será a desesperança, será a morte das instituições democráticas. Não queremos que isso ocorra, ao contrário, queremos encontrar uma solução para a crise, fortalecendo as instituições democráticas.

Fazemos um alerta à Casa para que evitemos este risco de uma minoria, escondida no voto secreto, impedir a votação transparente e democrática. O cidadão tem direito ao voto secreto, mas aquele que representa o povo tem que se manifestar de maneira pública, ostensiva e transparente, com o voto nominal. É o que dispõem o Regimento Interno e a Lei nº 1.079. Na Constituição não há qualquer disposição em contrário.

Vou defender publicamente a votação aberta, ostensiva, mas acho que esta questão envolve um problema político, não apenas regimental. Como a CPI trabalhou segundo o ritual legal e jurídico, é importante que trabalhem na apreciação do **impeachment** obedecendo rigorosamente à Constituição, às leis e ao Regimento Interno.

O Presidente não pode vir a público dizer que se está usando casuísmos. S. Ex^a não pode ter condições legais e morais para denunciar casuísmos nesta Casa. A CPI não agiu de maneira casuística. Vamos apreciar o **impeachment** tomando como exemplo o trabalho da CPI, ou seja, de maneira transparente e seguindo todos os procedimentos legais. Entendo ser esse o caminho do amadurecimento político e democrático deste País.

Sr. Presidente, espero que, a partir de hoje, com a entrada nesta Casa do pedido de **impeachment** — e saúdo as duas entidades e os dois presidentes, Dr. Marcello Lavenère e o grande jornalista Barbosa Lima Sobrinho, que, representando a sociedade civil, trazem aqui a voz do povo brasileiro — possamos deflagrar, seguindo democraticamente todos os procedimentos previstos nesse processo democrático dentro do Congresso Nacional.

Vamos, pelo voto, sem a interferência do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Orçamento e de maracutaias, tirar o Presidente da República do Palácio do Planalto. Está provado que aquele que se elege não está acima das leis e da Constituição; se cometer crimes contra a lei ou a Constituição, aqueles que o elegeram podem lhe tirar o mandato.

Esta é uma possibilidade histórica que o Brasil está vivendo e é com este otimismo que encerro o meu pronunciamento.

O SR. ADYLSÓN MOTTA (PDS — RS) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, domingo à noite o Sr. Presidente da República, mais uma vez, requisitou rede nacional de rádio e televisão para se dirigir à Nação. A inconsistência, a contradição e a agressividade novamente caracterizaram o seu pronunciamento, semelhante a outros que fez recentemente, quando suas palavras, ao contrário de convencerem alguém,

tiveram o condão, em um verdadeiro efeito bumerangue, de demonstrar a fragilidade e o comprometimento do Chefe de Estado e do Governo brasileiro com a crise moral que preocupa e envergonha todos nós.

Perde assim S. Ex^a a última e poderosa arma que, como poucos, sabia usar e graças à qual chegou ao mais alto cargo da República: o poder de comunicação. E a perdeu exatamente porque não foi sincero com a Nação, faltou com a verdade perante os brasileiros. A fala presidencial não transmitiu a segurança, a humildade e o equilíbrio que devem nortear um estadista em momentos de crise. O Sr. Presidente se mostrou autoritário, agressivo, contraditório e incoerente. Tome-se como exemplo as farpas, as críticas, as agressões que enredou a esta Casa.

Encontrava-me no gabinete do Deputado Ibsen Pinheiro, na quinta-feira, às 11h30min, quando ali aportou o Ministro da Justiça, Dr. Célio Borja, que, segundo entrevista que concedeu após a referida audiência, o que foi confirmado em manifestação do Presidente da Câmara dos Deputados, viera a esta Casa solicitar informações sobre o encaminhamento do processo de **impeachment** e pedir a celeridade na sua tramitação, porque o Governo estava preocupado com a possibilidade de a morosidade trazer reflexos danosos para a área política e principalmente a econômica.

Pois bem. O Sr. Presidente da República centrou suas críticas ao Congresso Nacional exatamente na pressa que se pretende imprimir ao processo de **impeachment**, contrastando, segundo suas palavras, com o longo tempo que alguns projetos aguardam decisão neste Parlamento, como é o caso da privatização dos portos, da proposta de revisão constitucional — o “Emendão” — e de outros que tramitam nesta Casa.

Por isso, pela falta de sinceridade e de postura séria, pelas críticas vazias, pela inconsistência dos seus argumentos, o Presidente da República perdeu não apenas a admiração, mas também o respeito de todos nós. Vejam, e quero chamar atenção mais uma vez para este detalhe, o distanciamento, o divórcio que existe entre o Presidente e esta Casa, entre o Presidente e a sociedade e agora mais recentemente entre o Presidente e o Ministério. Não há mais Governo. Estamos no completo caos administrativo neste País. Este caso, por exemplo, de vir o Ministro da Justiça num dia pedir para se apressar o processo de **impeachment** e no outro dia o Presidente ir para a televisão reclamar contra a celeridade do mesmo processo está a demonstrar que não temos mais Governo. Existe uma completa separação entre o Ministério e o Presidente da República. E é por isso que temos que tomar a decisão de votar a favor do **impeachment**, como acabou de dizer o Deputado José Genoíno, através de um processo transparente, como é o do voto aberto, porque a sociedade, o eleitor, tem o direito de saber o comportamento do seu representante nesta Casa.

Era apenas isto que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. MORONI TORGAN (PSDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, hoje o jornal *O Globo* publica o cálculo das despesas previstas no Orçamento da União. Diz o jornal: “Despesas previstas para 1993 em percentagem do PIB”. E menciona: “O serviço da dívida teve uma previsão de 17,85 nas despesas de 1992 e em 1993 esse serviço da dívida aumentou para 40,4”.

Começo a entender por que o nosso País não consegue entrar nos trilhos, não consegue estabilizar-se. É inacreditável, mas para 1993, neste mesmo Orçamento, está previsto para